

GOVERNANÇA DIGITAL MIGRATÓRIA E A GESTÃO DE DADOS NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

Julia Camargo

Docente do Departamento de Relações Internacionais
da Universidade Federal de Roraima.

julia.camargo@ufr.br

Amanda Alencar

Docente associada do Departamento de Media and
Communication, Erasmus University Rotterdam, Holanda.

pazalencar@eshcc.eur.nl

Resumo

O deslocamento de venezuelanos, principalmente para outras nações sul-americanas, contribuiu para a ampliação da adoção de tecnologias digitais pelas respostas humanitárias implementadas na região. Diversos estudos têm questionado a adoção de tecnologias digitais por Estados e atores da resposta humanitária para a gestão de fronteiras, incluindo os riscos éticos envolvidos no acesso e monitoramento de dados de pessoas em situação de deslocamento forçado. A partir da realização de entrevistas e grupos focais com 14 migrantes venezuelanos, que passaram pela dinâmica de coleta de dados digitais na fronteira Brasil-Venezuela, este artigo se esforça para construir entendimentos sobre as táticas subjetivas de consenso, negociação e contestação das relações de poder utilizadas face às tendências globais da digitalização dos espaços fronteiriços. A conclusão avalia criticamente a dinâmica de fornecimento de dados e aponta para caminhos práticos que podem ser adotados na forma de políticas públicas nessa temática.

Palavras-chave: Migração Digital. Fronteira Brasil-Venezuela. Dados. Táticas.

Resumen

El desplazamiento de venezolanos, principalmente hacia otras naciones sudamericanas, contribuyó a la expansión de la adopción de tecnologías digitales por parte de las respuestas humanitarias implementadas en la región. Varios estudios han cuestionado la adopción de tecnologías digitales por parte de los Estados y los actores de la respuesta humanitaria para la gestión de fronteras, incluidos los riesgos éticos que implica el acceso y el seguimiento de datos sobre personas en situaciones de desplazamiento forzado. A partir de entrevistas y grupos focales con 14 migrantes venezolanos, que atravesaron la dinámica de recolección de datos digitales en la frontera Brasil-Venezuela, este artículo busca construir entendimientos sobre las táticas subjetivas

de consenso, negociación y contestación de las relaciones de poder utilizadas a la luz de Tendencias globales en la digitalización de los espacios fronterizos. La conclusión evalúa críticamente la dinámica del suministro de datos y señala caminos prácticos que pueden adoptarse en forma de políticas públicas sobre este tema.

Palabras clave: Migración Digital. Frontera Brasil-Venezuela. Datos. Táctica.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o deslocamento de venezuelanos, principalmente para outras nações sul-americanas, contribuiu para a ampliação da adoção de tecnologias digitais nas ações humanitárias implementadas na região (DOMENECH, BASUALDO, PEREIRA, 2023). Estima-se que o Brasil seja o quinto maior destino para os 6,8 milhões de venezuelanos deslocados no mundo. Mais de 261.000 venezuelanos solicitaram asilo no país até o final do ano de 2022 (OIM, 2023). Quando Adri (venezuelana, 43 anos, advogada e mãe) atravessou a fronteira entre a Venezuela e o Brasil, ela ficou impressionada com a variedade de equipamentos tecnológicos aguardando sua chegada:

Ao entrar nas tendas para processar a documentação, tive uma grande surpresa: estava totalmente equipado, com computadores, podíamos ouvir o barulho das teclas. A organização que nos ajudou revisou minha permissão de entrada. Eu tive que deixar a marca de todos os meus dedos, passei inclusive por uma espécie de binóculos que capturaram as imagens dos meus olhos, mas eu não sei para quê! Tudo organizado, respeitoso e militar.

O relato de Adri enfatiza uma tendência global na gestão contemporânea de fronteiras e pessoas em deslocamento forçado: por um lado, nota-se a crescente utilização de tecnologias digitais pelos Estados-nações e atores da resposta humanitária (MADIANOU, 2019) e, por outro, a necessidade de pessoas em situação de deslocamento forçado fornecerem significativas quantidades de dados pessoais para acessarem serviços humanitários, muitas vezes, sem ter informações suficientes sobre seu processamento (KAURIN, 2019).

No meio acadêmico diversos estudos têm questionado a adoção de tecnologias digitais por Estados, organizações governamentais e não governamentais para gestão das fronteiras, incluindo os riscos éticos envolvidos no acesso e monitoramento de dados de migrantes e refugiados (LEURS, SMETS, 2018; MAITLAND, 2018).

Como parte da recepção de venezuelanos que chegam ao Brasil, dados básicos de identificação e outras informações mais complexas são solicitadas

por diversos atores. Após a passagem obrigatória pela Polícia Federal, o órgão responsável pelo registro de estrangeiros nas fronteiras brasileiras, venezuelanos recém-chegados passam por um processo de coleta, gerenciamento e armazenamento de dados realizado por dois protocolos institucionais da resposta humanitária: o Sistema PRIMES, sob a responsabilidade do ACNUR, e o Sistema Acolhedor, administrado pelo governo brasileiro.

O sistema PRIMES, implementado em várias regiões do mundo, gerencia a coleta de dados biométricos de pessoas em situação de deslocamento forçado e todos os dados são armazenados em uma base global. De acordo com o ACNUR¹, a dinâmica visa oferecer uma identidade digital que permita aos refugiados acessarem serviços e benefícios. Através do sistema, o ACNUR pode autorizar o acesso dos dados a parceiros para esforços colaborativos. Os dados coletados pelo ACNUR, além de identificar ações para ajudar as pessoas, são usados na gestão dos abrigos, regularização da migração e no processo de realocação de pessoas para outros locais.

Já o Sistema Acolhedor foi implementado por meio de uma resolução de 2019 do Governo Brasileiro² e designado como o registro e banco de dados oficiais da Operação Acolhida, nome dado à força tarefa liderada pelas Forças Armadas Brasileiras, com o apoio de outros atores, responsável pela gestão do processo migratório venezuelano no Brasil. Dados não biométricos são coletados pelo Sistema Acolhedor, como por exemplo: nome, escolaridade, profissão, qualificações e são registrados digitalmente. O acesso e o compartilhamento de dados também são permitidos a diferentes parceiros da Operação Acolhida.

Paradoxalmente, ambos os sistemas operam em um contexto de crescente desigualdade digital enfrentado por refugiados venezuelanos (ALENCAR, 2020; CAMARGO, 2021; COGO, CAMARGO, GENERALI, 2023; CAMARGO, 2023). Se, por um lado, a governança migratória se encontra cada vez mais tecnológica, por outro lado, a jornada de venezuelanos que chegam ao Brasil é marcada pela precariedade da informação e conectividade limitada. Entre os desafios de comunicação enfrentados pelos venezuelanos, o acesso a recursos digitais para obter informações contínuas e confiáveis se destaca como crucial. Em um cenário em que metade dos venezuelanos diz que não se sente suficientemente informada, e 69% não têm acesso ao Wi-Fi (R4V, 2020).

Na tensão entre a precariedade da informação entre os venezuelanos e a digitalização da governança migratória, procuramos entender as práticas individuais de fornecimento de dados e noções subjetivas de privacidade em uma dinâmica estatal quase inevitável ao cruzar a fronteira.

1 Disponível em: <https://www.unhcr.org/registration-guidance/es/chapter3/registration-tools/>

2 Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Emergencial_10_DE_1%C2%BA_DE_NOVEMBRO_DE_2019.pdf

2. OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a governança digital migratória estabelecida na fronteira Brasil-Venezuela. A partir da dinâmica de coleta de dados de venezuelanos em situação de deslocamento forçado pela resposta humanitária, busca-se construir entendimentos sobre as táticas subjetivas de consenso, negociação e contestação das relações de poder empregadas por eles face às tendências globais relacionadas à digitalização dos espaços fronteiriços.

3. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi baseada em entrevistas e na realização de grupos focais com catorze venezuelanos, que passaram pela dinâmica de coleta de dados na fronteira entre Brasil e Venezuela. Os grupos focais ocorreram de forma presencial no ano de 2019 e as entrevistas ocorreram de forma presencial em 2022, após a pandemia do Covid-19. A pesquisa tem o aval do Comitê de Ética da Plataforma Brasil e os nomes dos participantes são fictícios para a preservação de suas identidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas e grupos focais, notamos dois tipos de táticas utilizadas por venezuelanos que passam pelo processo de coleta de dados, ao chegarem ao Brasil: a) cooperação direta, ou seja, fornecem os dados sem questionamentos ou sentimento de insegurança em relação ao processo, em troca do objetivo de entrar ao Brasil e/ou garantir benefícios; b) cooperação acompanhada por apreensão, ou seja, fornecem os dados para garantir a entrada ao Brasil, mas sentem dúvidas, inseguranças, desconfianças, vontades de não passar todas as informações em relação ao processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo destaca a importância de promover uma avaliação crítica e o desenvolvimento de políticas públicas colaborativas que abordem a questão da coleta de dados por meio de biometria e/ou outras tecnologias por atores da resposta humanitária. Informar melhor pessoas em situação de deslocamento, ouvi-las sobre a questão e garantir que elas mesmas tenham acesso às plataformas

onde seus dados estão armazenados são alguns dos pontos sugeridos nas considerações finais.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, J. Lucha migrante y comunicación en la frontera Brasil-Venezuela: entre asedios y brechas. **Mediaciones**. v. 19, n. 30, p. 23–45, enero-jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.uniminuto.edu/index.php/med/article/view/3122> . Acesso em: 31 jul 2023.

CAMARGO, J.; COGO, D.; ALENCAR, A.. Venezuelan Refugees in Brazil: Communication Rights and Digital Inequalities During the Covid-19 Pandemic. **Media and Communication**, v. 10, n. 2, p. 230-340, 2022. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/5051>. Acesso em: 5 ago. 2023.

CAMARGO, J. F.. Entre a precariedade e a resiliência: refugiados venezuelanos em busca de informação/comunicação na fronteira Brasil-Venezuela. In: ANAIS DO 44º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais [...]** Recife, 2021, p. 1-18. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-cc/julia-faria-camargo.pdf> Acesso em: 27 mar. 2022.

COGO, D.; CAMARGO, J.; GENERALI, S.. Comunicación y ciudadanía de refugiados venezolanos en centros de acogida en la frontera Brasil-Venezuela. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 46, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023104es> . Acesso em: 31 jul. 2023.

DOMENECH, E.; BASUALDO, L.; PEREIRA, A.. Migraciones, fronteras y política de datos: nuevos medios de control del movimiento en el espacio sudamericano. In: RIVERA SÁNCHEZ, L., HERRERA, G; DOMENECH, E. (coord.), **Movilidades, derecho a migrar y control fronterizo en América Latina y el Caribe**. 2022. p. 317-355. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2023/04/Movilidades-control-fronterizo.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

KAURIN, D.. Space and imagination: rethink refugees. **UNHCR**, 2020. Disponível em: https://www.unhcr.org/innovation/wp-content/uploads/2020/04/Space-and-imagination-rethinking-refugees%E2%80%99-digital-access_WEB042020.pdf>. Acesso em: 05 ago.2020.

LEURS, K.; SMETS, K.. Five questions for digital migration studies: Learning from digital connectivity and forced migration in (to) Europe.

Social Media+ Society, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305118764425>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MAITLAND, C.. **Digital Lifeline?** ICTs for Refugees and Displaced Persons. MIT Press, 2018.

R4V - Information and Communication Needs Assessment. 2020. Disponível em: <https://r4v.info/en/documents/details/73683>. Acesso em: 02 Fev. 2020.